

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 18/2013

Acordo de Cooperação Técnica para intercâmbio de informações e de soluções em tecnologia da informação e assistência mútua que entre si celebram o Ministério do Estado do Estado de São Paulo, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.

O Ministério Públíco do Estado de São Paulo, com sede na Rua Riachuelo, 115, Centro, São Paulo/SP, CEP 01007-904, inscrito no CNPJ nº 01.468.760/0001-90, neste ato representado pelo seu Procurador-Geral de Justiça, **Doutor Márcio Fernando Elias Rosa**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 11.415.470, SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 037.166.398-93, doravante denominado **MPSP**, a **Secretaria de Estado do Meio Ambiente**, com sede na Avenida Prof. Frederico Hermann Júnior, 345, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05459-900, inscrita no CNPJ nº 56.089.790/0001-88 neste ato representada pelo seu Secretário de Estado **Bruno Covas**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 26.364.379-7, SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 220.375.848-14, doravante denominada **SMA**, e a **CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo**, com sede na Avenida Prof. Frederico Hermann Júnior, 345, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05489-900, inscrita no CNPJ nº 43.776.491/0001-70, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, **Otávio Okano**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 3.997.355.4, SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 551.319.058-34 e pelo Diretor Vice-Presidente, **Nelson Roberto Bugalho**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 11.516.415-7, SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 057.603.898-90, doravante denominada **CETESB**, resolvem celebrar o presente **Acordo de Cooperação Técnica**, nos termos do art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, e em observância aos princípios constitucionais e legais que regem a administração pública, em conformidade com as condições dispostas neste documento.

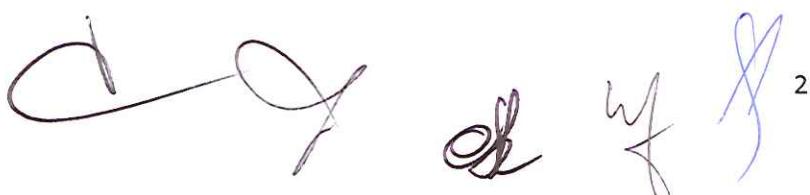
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Instrumento tem por objeto a promoção da cooperação técnica entre o MP/SP, a SMA, e a CETESB para proporcionar assistência mútua entre referidos Órgãos, mediante a disponibilização de informações, processo que será denominado de Compartilhamento de Informações, visando à desburocratização, maior eficiência e maior celeridade na prestação do serviço público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Compartilhamento de Informações é uma ferramenta que tem por objetivo concentrar em um sítio eletrônico alguns dados da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SMA, da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais – CBRN, da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – CFA, da CETESB e da Polícia Ambiental, necessários para uma atuação mais ampla do Ministério Pùblico, bem como úteis para as atividades desenvolvidas pela SMA e suas coordenadorias (CBRN e CFA), da CETESB e da Polícia Ambiental.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os dados fornecidos pela SMA, CETESB e Polícia Ambiental serão concentrados em um sítio próprio na página eletrônica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente;

- a) A SMA e suas coordenadorias (CBRN e CFA), CETESB e Polícia Ambiental deverá alocar as seguintes informações:
 - a.1 – “Status” dos processos de licenciamento e autorizações ambientais;
 - a.2 – Licenciamentos e autorizações ambientais expedidas;
 - a.3 – Documentos emitidos pela SMA (CBRN/CFA) e CETESB;
 - a.4 – Termos de Compromisso e Recuperação Ambiental – TCRA – expedidos pela SMA (CBRN/CFA) e CETESB;
 - a.5 – Processos de solicitação de instituição e compensação da Reserva Legal;
 - a.6 – Autos de Infração Ambiental – AIA - emitidos pela SMA (CBRN/CFA), CETESB e Polícia Ambiental;



2

- a.7 – “Status” dos processos de licenciamento e autorização de empreendimentos relacionados à fauna;
 - a.8 – Informações sobre atividades rurais;
 - a.9 – Banco de áreas contaminadas.
-
- b) A SMA e a CETESB estão em processo de desenvolvimento de aplicação que disponibilizará de forma estruturada as informações que consta deste Acordo de Cooperação, conforme plano de trabalho próprio, ao longo do ano corrente e do próximo;
 - c) Com a finalidade de antecipar o acesso a informações, a SMA, CETESB e Polícia Ambiental disponibilizarão acesso para consulta nos sistemas corporativos que atualmente registram em parte as informações solicitadas, sendo que para ter acesso a tais informações, os membros do Ministério Pùblico interessados necessitarão ser cadastrados nas aplicações para passar a acessar.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os dados fornecidos pelo MP/SP serão concentrados em um sítio próprio de sua página eletrônica;

- a) O MP/SP alocará as seguintes informações, todas referentes aos Inquéritos Civis e Procedimentos Preparatórios de Inquéritos Civis, que tiveram ou tem como objeto questões Ambientais:
 - a.1 – Termos de Ajustamentos de Conduta – TAC – em matéria ambiental;
 - a.2 – Promoção de Arquivamento do Inquérito Civil;
 - a.3 – Homologação e data de arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Pùblico;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA OPERACIONALIZAÇÃO

As ações relacionadas à operacionalização das atividades objeto deste Acordo dar-se-ão conforme Plano de Trabalho, preliminarmente acordado entre os partícipes.



3

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

Os órgãos partícipes se comprometem a cumprir com as obrigações consistentes na cooperação para gerenciamento tecnológico e o desenvolvimento de ações que permitam a criação de um sítio eletrônico de dados para compartilhamento das informações mencionadas nas Cláusulas Primeira e Segunda deste Termo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Compete especificamente à SMA, à Polícia Ambiental e à CETESB:

- I - proporcionar o acesso ao Compartilhamento de Informações aos Promotores e Procuradores de Justiça, aos Assistentes Técnicos de Promotoria e aos Analistas Jurídicos do Ministério Pùblico, previamente cadastrados, mediante, se necessário, senha de acesso e *login*;
- II – disponibilizar o banco de dados necessário para o acesso das Informações;
- III - fornecer o necessário suporte técnico, observando-se no que couber, o disposto no PARÁGRAFO ÚNICO da CLÁUSULA SÉTIMA;
- IV - dar suporte ao partípice, considerando a disponibilidade do pessoal técnico, durante horário comercial;
- V - manter com o MPSP sistema de comunicação permanente, fornecendo orientações relacionadas a este Acordo de Cooperação; e
- VI - indicar representante na participação de grupos de interesse comum.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Compete especificamente ao MPSP:

- I - proporcionar o acesso ao Compartilhamento de Informações aos técnicos da SMA (CBRN/CFA), da Polícia Ambiental e da CETESB, previamente cadastrados, mediante, se necessário, senha de acesso e *login*;

CD *SC* *MF*

- II – disponibilizar o banco de dados necessário para o acesso das informações;
- III - fornecer o necessário suporte técnico, observando-se no que couber, o disposto no PARÁGRAFO ÚNICO da CLÁUSULA SÉTIMA;
- IV - dar suporte ao partícipe, considerando a disponibilidade do pessoal técnico, durante horário comercial;
- V - manter com o MPSP sistema de comunicação permanente, fornecendo orientações relacionadas a este Acordo de Cooperação; e
- VI - indicar representante na participação de grupos de interesse comum.

CLÁUSULA QUARTA – DOS REPRESENTANTES

As questões práticas e técnicas relacionadas à execução do objeto desse Acordo serão dirimidas, no âmbito do MPSP, por Adriano Andrade de Souza, Luis Fernando Rocha e Tatiana Barreto Serra e pela SMA, CETESB e Polícia Ambiental, Nelson Roberto Bugalho.

CLÁUSULA QUINTA – DO DEVER DE SIGILO

Os partícipes comprometem-se a utilizar os dados que lhes forem fornecidos somente nas atividades que lhes competem exercer em virtude de lei, não podendo transferi-los a terceiros a qualquer título, sob pena de extinção imediata deste Acordo, sem prejuízo de penalização nas esferas administrativas, cível e penal, após a devida apuração.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

Este acordo de cooperação terá vigência de 02 (dois) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, por acordo dos partícipes, mediante a celebração do competente Termo Aditivo.

5

PARÁGRAFO ÚNICO - A publicação do extrato do presente Acordo, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Portal da Transparência, nos termos do artigo 10, do Ato-Normativo PGJ nº 764/2013, será de responsabilidade do MPSP.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo não obriga a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, não gerando encargo entre eles, inclusive o de indenizar, caso as ações previstas não sejam realizadas, arcando cada qual com as eventuais despesas realizadas.

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas eventualmente geradas em face deste Acordo, especialmente na alocação e deslocamento de funcionários, quando necessário, serão de responsabilidade de cada partícipe.

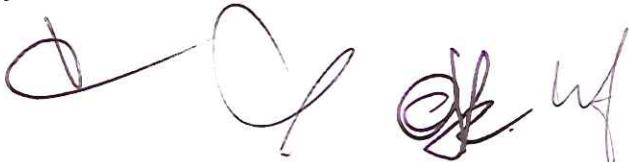
CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES E DA RESCISÃO

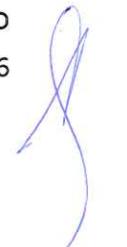
Este Acordo poderá ser alterado, a qualquer tempo, por acordo dos partícipes, mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que não seja modificado o objeto.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente Acordo poderá ser rescindido, a qualquer tempo, por qualquer dos signatários, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos ou situações contraditórias deste Acordo deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os partícipes, com prévia comunicação





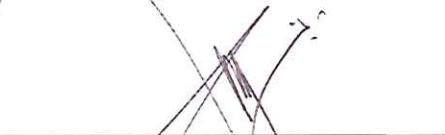
por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, sem prejuízo da propositura de demanda judicial para dirimir eventuais conflitos decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, cujo foro competente será o da Comarca da Capital.

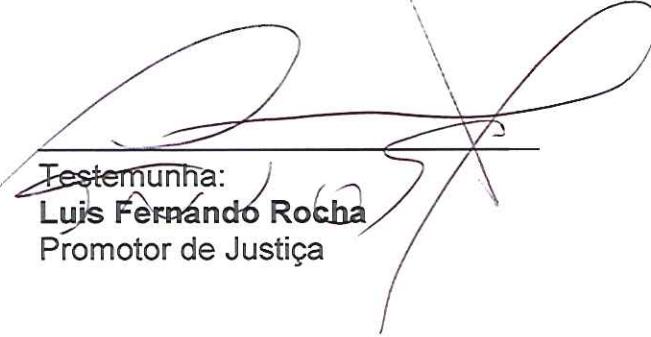
E, por estarem justos e de acordo, firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, que também assinam, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais.

São Paulo, 08 de agosto de 2013.

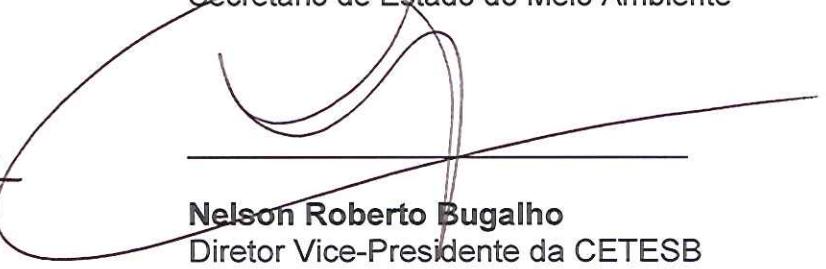

Márcio Fernando Elias Rosa
Procurador-Geral de Justiça

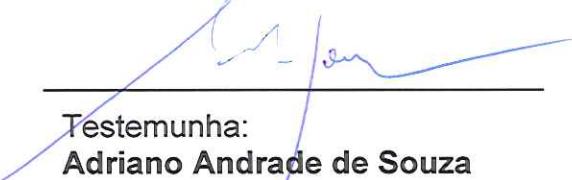

Otávio Okano
Diretor Presidente da CETESB


Testemunha:
Cel. PM Milton Sussumu Nomura
Comandante do Policiamento Ambiental


Testemunha:
Luis Fernando Rocha
Promotor de Justiça


Bruno Covas
Secretário de Estado do Meio Ambiente


Nelson Roberto Bugalho
Diretor Vice-Presidente da CETESB


Testemunha:
Adriano Andrade de Souza
Promotor de Justiça


Testemunha:
Tatiana Barreto Serra
Promotora de Justiça

Avisos de 09/08/2013

nº 425/2013 – PGJ

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições publica, por extrato,
o Acordo de Cooperação Técnica nº 18/2013-MPSP.

Protocolado nº 163.058/2013.

Partes: Ministério Público do Estado de São Paulo, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e a CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.

Objeto: Cooperação técnica entre o MP/SP, a SMA e a CETESB para proporcionar assistência mútua entre referidos Órgãos, mediante a disponibilização de informações, processo que será denominado de Compartilhamento de Informações, visando à desburocratização, maior eficiência e maior celeridade na prestação de serviço público.

Data da assinatura: 08 de agosto de 2013.

Prazo: 02 (dois) anos, a partir de sua assinatura.

Diário Oficial do Estado - SP
Fóder Executivo - Seção I,
De, <u>10/08/2013</u>
Fis. <u>54</u>

Assinatura

1º Promotor de Justiça de Defesa, Núcio da Penha	1 Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais 2 Comarca Especial 4 Procuradoria de Justiça Criminal	46
1º Promotor de Justiça de Aracatuba, Nivaldo Antônio da Cunha	1 Procuradoria de Justiça Criminal 2 Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais	48
1º Promotor de Justiça de Biritiba Mirim, Edson Bento	1 Procuradoria de Justiça de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais 2 Procuradoria de Justiça Criminal	49
1º Promotor de Justiça de Itapetininga, Edson Mário dos Prazeres	1 Procuradoria de Justiça Criminal 2 Tem interesse nas demais sem ordem de preferencia	68
2º Promotor de Justiça de Itapeva, José Roberto Góes	1 Procuradoria de Justiça Criminal	73
2º Promotor de Justiça de Itapetininga, José Roberto Góes	*NÃO ESPECIFICOU PREFERÊNCIA	75
2º Promotor de Justiça de Itapetininga, José Roberto Góes	1 Comarca Especial	85
2º Promotor de Justiça de Itapetininga, José Roberto Góes	1 Comarca Especial	87
2º Promotor de Justiça de Itapetininga, José Roberto Góes	1 Procuradoria de Justiça Criminal	98
2º Promotor de Justiça de Itapetininga, José Roberto Góes	1 Procuradoria de Justiça Criminal	99
2º Promotor de Justiça de Itapevi, José Roberto Góes	1 Procuradoria de Justiça Criminal	100
2º Promotor de Justiça de Itapevi, José Roberto Góes	1 Procuradoria de Justiça Criminal	105
2º Promotor de Justiça de Itapevi, José Roberto Góes	1 Procuradoria de Justiça Criminal	108
2º Promotor de Justiça de Itapevi, José Roberto Góes	1 Procuradoria de Justiça Civil	115
2º Promotor de Justiça de Itapevi, José Roberto Góes	2 Procuradoria de Justiça Criminal	135
2º Promotor de Justiça de Itapevi, José Roberto Góes	1 Procuradoria de Justiça Criminal 2 Procuradoria de Habeas Corpus e Mandados de Segurança Criminais 3 Comarca Especial	158
Alexandre Alves, Edilberto, Edilberto Alves, Edilberto Alves	1 Procuradoria de Justiça Criminal	158

(Republicado por necessidade de retificação - DOE de 22/07/2013)

Aviso de 02/08/2013

n. 405/2013 – PGJ (GAEMA / REDE PROTETIVA)

O Procurador-Geral de Justiça no uso de suas atribuições, em conjunto com o Secretário Executivo do Grupo de Ação Especial de Defesa do Meio Ambiente – GAEMA, CONVOCA os Procuradores de Justiça integrantes do GAEMA e da REDE PROTETIVA abaixo relacionados, para reunião de trabalho a ser realizada dia 08 de agosto de 2013 (quinta-feira), a partir das 10:00h (período integral), no Auditório Luis Felipe Franco Ramos, localizado na 9ª andar do edifício sede do Ministério Público (Rua Rui Barbosa, 115 – Centro - São Paulo/SP).

PROTOCOLO DE JUSTIÇA INTEGRANTES DO GAEMA

Por Alexandre Alves Mattos – Promotor de Justiça de Aracatuba

De: Carolina Lima Amorim – Promotora de Justiça de Biritiba Mirim

De: Cláudia Maria Lobo Rebillé – Promotora de Justiça de Sertãozinho

De: Flávia Maria Gonçalves – Promotora de Justiça de São Vicente

De: Gabriel Lima de Paula Pinho – Promotor de Justiça de Presidente Epitácio

De: Geraldo Navarro Cabral – Promotor de Justiça de Campinas

De: Ivan Camargo Cetinhaño – Promotor de Justiça de Araraquara

De: Nathan Góes – Promotor de Justiça de São Sebastião

De: Paulo Góes de Almeida Prudente – Promotora de Justiça de São José do Rio Preto

De: Ricardo Mazzoni Costa – Promotor de Justiça de Gitarra

De: Rodrigo Sanchez Garcia – Promotor de Justiça de Votorantim

De: Sérgio Campanharo – Promotor de Justiça de Araxá

De: Silvana Martin Sartori – Promotor de Justiça de Presidente Prudente

PROFESSORES DE JUSTIÇA INTEGRANTES DA REDE PROTETIVA

De: Fernando de Andrade Martini – Promotor de Justiça de Bauru

De: Jair Eduardo Ferreira Lutti – Promotor de Justiça de Mairiporã

De: Mário Mendes Costa – Promotor de Justiça de Barueri

De: Paulo Matheus da Silva Júnior – Promotor de Justiça de Cotia

De: Silviano Silveira Tanaka dos Santos – Promotor de Justiça de São Bernardo do Campo

São convidados todos os membros da Ministério Público que tenham interesse em parte da reunião.

Foi publicado por necessidade de retificação - D.O.E. de 03/08/2013.

Aviso de 06/08/2013

n. 414/2013 – PGJ

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições, a pedido do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Civil e de Tutela Coletiva – Núcleo de Meio Ambiente Habitacional e Urbanismo, Conselho e Cível, COMUNICA os Senhores Membros do Ministério Público e demais interessados que será realizado em conjunto com o Conselho Estadual e Pesquisas e Administração Municipal (CEPAM) o ENCONTRO TÉCNICO – USO COLETIVO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA EVENTOS: PROVIDÊNCIAS E RESPONSABILIDADES, dia 27 de agosto de 2013, das 08h às 13h00, na sede do CEPAM, localizada na Av. Professor Lineu Prestes nº 991, Centro – São Paulo/SP.

Este evento tem como objetivo sensibilizar os profissionais da área de planejamento urbano e ambiental, gestores, autoridades e representantes de órgãos públicos, entidades e organizações da sociedade civil, para a importância do uso coletivo do espaço público para eventos, visando aprimorar e manter informações sobre o tema.

ENCONTRO TÉCNICO SOBRE USO COLETIVO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA EVENTOS: PROVIDÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

PROGRAMAÇÃO

8h30 – Credenciamento

9h00 – Abertura – (Lc. Dr. – Presidente do CEPAM)

9h10 – Aspectos jurídicos da utilização de bens públicos de uso comum do povo e o papel do Ministério Público – (Lc. Dr. – Advogado Pública – Promotora de Justiça – Assessora do Centro de Apoio Operacional (CAO) Civil e Tributária – Substituição e Uniformização de Ministério Público do Estado de São Paulo)

10h15 – Regulatório municipal quanto ao uso dos espaços públicos por particulares e pelo próprio Poder Público.

Até 11h30 – Aula magistral técnica do CEPAM

13h00 – Encerramento

14h00 – Coquetel de encerramento

15h00 – Analise e vistoria em instalação e ocupação temporária – Major PM Fábio Rincón, Divisão de Segurança Conta Incêndio, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar do Estado de São Paulo

15h25 – Expansão do corpo de bombeiros – Major PM Eduardo Henrique Martinez, Divisão de Segurança Conta Incêndio, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar do Estado de São Paulo

15h45 – A polícia militar e a segurança de eventos públicos – Capitão Heitor Leite Sávio, Coordenador Operacional da Polícia Militar do Estado de São Paulo

15h50 – Perguntas

15h55 – Encerramento

PÚBLICO ALVO: Professores, vereadores, secretários, procuradores e assessores, jardineiros, promotores públicos e servidores vinculados ao tema

CERTIFICADO: Será concedido certificado de participação

INSCRIÇÕES: Inscrição gratuita e Informações:

www.cepm.sp.gov.br – e-mail: escolapromocepam@gmail.com – telefone: (11) 3811-6415

n. 415/2013 – PGJ

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições, convoca os Procuradores de Justiça integrantes da Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos para reunião ordinária, no Auditório do Ministério Público, na Rua Rafael de Barros, nº 232, no dia 13 de agosto de 2013, às 14 horas, com a seguinte pauta:

1. Leitura, apreciação e aprovação da Ata da reunião anterior.

2. Relatório mensal de distribuição de processos;

3. Comunicação do Secretário Executivo e dos Procuradores de Justiça integrantes da Procuradoria;

4. Outros matérias de interesse da Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos;

5. Apresentação do Dr. Marcelo Pedroso Goulart sobre a Proposta de criação da Promotorias de Justiça Regionais.

Aviso de 08/08/2013

n. 422/2013 – PGJ

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições, a pedido do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Civil e de Tutela Coletiva (Núcleo de Direito Humano, Área da Saúde Pública), AVISA aos Senhores Promotores de Justiça da Saúde Pública, que em Ofício GS n. 042/2013, a Chiefa de Gabinete da Secretaria de Estado da Saúde, mencionando a demanda existente no âmbito da saúde mental e principalmente, para melhor facilitar os encaminhamentos dentro do próprio órgão, solicita que os casos, para atendimento pela Secretaria de Estado da Saúde, principalmente aqueles relacionados à área técnica de saúde mental, sejam apontados os dados do paciente ou responsável para localização e contato, nome, endereço, número de telefone, filiação, data de nascimento, cartão SUS e relatório médico, se houver Menciona, ainda, que tais dados são essenciais para que a solição seja atendida de modo que os técnicos da pasta possam conhecer o caso e dar-lhe o melhor encaminhamento de acordo com as necessidades do paciente.

n. 423/2013 – PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições, legais, AVISA aos candidatos nomeados para ocuparem os cargos de Oficial de Promotoria I, destinados aos Órgãos e Unidades Administrativas da Capital e Grande São Paulo, que devem, no período de 12 a 15/08/2013, das 10:00 às 18:00 horas, manifestar interesse quanto à localidade de trabalho a seguir descreta:

- ÁREA REGIONAL DE ARACATUBA:

PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE PEREIRA BARRETO

- ÁREA REGIONAL DE BAURO:

GACO – NÚCLEO BAURO

PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE BAURO - CIVEL

PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE CERQUEIRA CESAR

- ÁREA REGIONAL DE CAMPINAS:

PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE JUNDIAÍ CRIMINAL

PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE CAMPOLIM PAULISTA

- ÁREA REGIONAL DE PIRACICABA:

PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE IPEB

PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE LUCÉLIA

PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE PIRAPORANGA

- ÁREA REGIONAL DE SANTOS:

PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE SANTOS - CIVEL

- ÁREA REGIONAL DE SAO JOSE DO RIO PRETO:

PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE OLÍMPIA

- ÁREA REGIONAL DE TAUBATÉ:

PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE SAO JOSÉ DOS CAMPOS

CRIMINAL:

PROCURADORIA DE JUSTIÇA DE SÃO JOSE DOS CAMPOS

CIVEL – INF. E JUV

Os requerimentos devem ser apresentados no Centro de Recursos Humanos, pessoalmente ou por meio de fac-símile (fax) – Tel (11) 3119-5000 – ou pelo e-mail: procsp@mpsp.mp.br.
 n.º 424/2013 – PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, AVISA aos candidatos nomeados para ocuparem os cargos de Oficial de Promotoria I, destinados aos Órgãos e Unidades Administrativas da Capital e Grande São Paulo, que devem, no período de 12 a 15/08/2013, das 10:00 às 18:00 horas, manifestar interesse quanto à localidade de trabalho a seguir descreta:

- CAPITAL:

- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARUA

- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASAPICIBA

- PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITAPECERI/CRIMINAL

Os requerimentos devem ser apresentados no Centro de Recursos Humanos, pessoalmente ou por meio de fac-símile (fax) – Tel (11) 3119-5000 – ou pelo e-mail: procsp@mpsp.mp.br.

n.º 425/2013 – PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, AVISA, para informações gerais sobre a atuação do Ministério Público nos novos setores, departamentos, procedimentos, do CTIC, configuração digital mandado, formulário de cadastramento e suporte podem ser encontradas no Portal da Instituição (Services – Processo Digital), pelo link: <http://www.mpsp.mp.br/biportal/painelProcessoDigital>.

n.º 433/2013 – PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, AVISA que, diante da expansão do processo extrinseco na 2ª instância, prevista no Programa de Unificação, Modernização e Aumento – PUMA, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, será realizada reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 08/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 09/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 10/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 11/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 12/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 13/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 14/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 15/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 16/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 17/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 18/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 19/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 20/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 21/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 22/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 23/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 24/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 25/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 26/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 27/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 28/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 29/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 30/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 31/08/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 01/09/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

Data: 02/09/2013 – 09:00 horas – Atividade: reunião de trabalho com a Associação de servidores da área técnica e de suporte do CTIC, para informar que, dentro do processo digital adotado pelo TSP, com referência ao procedimento de interposição de agravo, é necessário que o aviso seja feito por meio eletrônico, ficando convocados os Promotores de Justiça e funcionários, com atuação na área Civil, Família e Juventude, conforme o seguinte calendário:

PT. nº 163.058/2012 - MPS



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Ministério Públíco
Folhas nº 51

Intressado: Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça

Cíveis e de Tutela Coletiva.

Assunto: Termo de Cooperação para intercâmbio de informações entre o Ministério Público do Estado de São Paulo, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e a Polícia Militar Ambiental.

1. O Termo de convênio mencionado em epígrafe foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado, fls. 49 e 50.

2. Encaminhem-se os autos à Subprocuradoria-Geral de Justiça de Gestão, nos termos do art. 10, inciso II e art. 11, caput, do Ato Normativo nº 764/2013-PGJ, de 06 de março de 2013.

São Paulo, 13 de agosto de 2013.

ARNALDO HOSSEPIAN JUNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça
-Relações Externas-

[Handwritten signature]